

Conexões entre assistência oficial ao desenvolvimento e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Amina Said Alsayyad, Departamento de Sociologia, Universidade Al-Azhar

No cerne da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o financiamento é reconhecido como um método de implementação essencial, incluído em todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) temáticos, bem como suas 169 metas correspondentes. No ODS 17 (“Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável”), que diz respeito, exclusivamente, a métodos de implementação, o financiamento está no topo da lista. É por isso que o ODS 17 é o único ODS que é revisado todo ano no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas.

A assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) é considerada um dos principais meios de implementação no financiamento para o desenvolvimento. A AOD inclui tanto aflusos financeiros geradores de dívidas (por exemplo, empréstimos para projetos) quanto não geradores de dívidas (por exemplo, subvenções). Desde que a Agenda 2030 teve efeito em 1º de janeiro de 2016, ela tem estado no centro do debate acerca do tema — de fato, o estado atual do AOD é preocupante para a Agenda e os ODS relacionados.

Este *One Pager* aborda duas questões relacionadas à AOD: desempenho dos doadores e metodologia estatística.

Todos os países em desenvolvimento de baixa renda (*Low-Income Countries* — LIC) e de renda média (*Middle-Income Countries* — MIC) são elegíveis para a AOD, com provisões especiais para os países menos desenvolvidos (*Least Developed Countries* — LDC), incluindo o compromisso antigo de se alcançar um alvo para a AOD de 0,7 por cento da renda nacional bruta (RNB) para países em desenvolvimento, e entre 0,15 por cento e 0,20 por cento da RNB para os LDC.

Em uma nota lançada em abril de 2019, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) indicou alguns fatos preocupantes. A AOD combinada em 2018 chegou a US\$143,2 bilhões, representando apenas 0,31 por cento da RNB, contra US\$147,2 bilhões em 2017. Essa redução refletiu uma tendência decrescente que estava ocorrendo desde 2016 no financiamento por doadores de custos com refugiados de países de contextos frágeis e pós-conflito. Os empréstimos cedidos para os países em desenvolvimento representaram 17 por cento da AOD bilateral bruta em 2018. A ajuda humanitária teve queda de 8 por cento em termos reais, chegando a US\$15,3 bilhões.

Essas conclusões refletem uma tendência preocupante de que os maiores doadores mundiais não estão conseguindo: (i) alinhar sua AOD com as prioridades dos países recebedores; (ii) alcançar a meta estabelecida pelas Nações Unidas para fornecer 0,7 por cento de sua RNB anual em AOD e 0,15-0,20 por cento para os LDC em situação de maior necessidade; e (iii) financiar áreas de ação específicas nas quais subsídios ou investimentos significativos são necessários, tais como infraestrutura para energia, transporte, água e saneamento básico.

Em um contexto mais amplo, todo esforço de financiamento para o desenvolvimento torna a agenda de “bilhões a trilhões” dos bancos de desenvolvimento multilaterais apenas uma aspiração, ao invés de uma meta concreta e bem-sucedida.

Desde 1970, o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE tem sido o organismo internacional encarregado de estabelecer as regras e as convenções sobre a AOD para seus membros, compilando os detalhes e os dados sobre as transações por meio da base de dados do seu Sistema de Relatoria de Créditos (*Credit Reporting System* — CRS) e publicando relatórios globais de monitoramento e avaliação.



A metodologia e as estatísticas do CAD têm recebido duras críticas recentemente, em razão de vários fatores, incluindo não ter sido capaz de se adequar a padrões estatísticos elementares. Atualmente, o CRS inclui o setor de financiamento da AOD, mas não inclui nenhuma vinculação para os ODS que são os alvos das transações. Ademais, a mudança metodológica que ocorreu na CAD em 2019, de uma fundamentada em fluxos (*flow basis*) para uma fundamentada no equivalente às subvenções (*grant-equivalent basis*) tem recebido bastante atenção. Os montantes da AOD não conseguem alcançar padrões estatísticos elementares e são, portanto, uma medida estatística inadequada para o monitoramento e a análise.

Usando taxas fixas de desconto altas, de 6 por cento, 7 por cento e 9 por cento para os países de renda média-alta, média-baixa e baixa renda, respectivamente, a metodologia calcula o valor equivalente às subvenções de empréstimos de AOD por meio do cálculo de um nível de benefícios ao país receptor, comparado a um empréstimo a taxas de mercado atuais. Isso gera valores anuais de subvenção do nada, ao invés de injetar novos fundos. De fato, o ambiente atual de baixos juros levanta questões quanto ao uso dessas taxas elevadas de desconto. A metodologia vai além de meramente cálculos complicados, ignorando por completo instrumentos do setor privado. Além disso, uma revisão por pares da relatoria da AOD por países-membros da CAD é conduzida a cada cinco anos por outros países-membros. Esse processo unilateral de verificação é insuficiente, porque não leva o lado do credor em consideração.¹

Para manter a importância da AOD na Agenda 2030 e ODS relacionados, o caminho a seguir é claro: os doadores devem executar ações “concretas” para concretizar seus compromentimentos. Um monitoramento adequado exigiria que o CAD: (i) atualizasse o sistema de relatoria dos credores para dar a importância devida às interconexões e contribuições aos ODS temáticos; (ii) estabelecer um consenso amplo acerca da metodologia para se aferir a AOD, para obter valores comparáveis e harmonizar séries de dados previamente quebradas; e, finalmente, (iii) introduzir um sistema de relatoria com revisão por pares de ambos os lados — tanto credores quanto devedores. Essa abordagem integrada poderia funcionar se recebesse capital político suficiente. Vários especialistas ilustres na área de AOD recentemente sugeriram uma intervenção direta por parte das Nações Unidas.

Referência:

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OECD). *Development aid drops in 2018, especially to neediest countries*. Paris: OECD, 2019. Disponível em: <<https://clck.ru/Pn6DG>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

Nota:

1. Consulte análises por pares de cooperação em desenvolvimento disponíveis em: <<https://clck.ru/Pn6DS>>.